

Expansão agrícola e crescimento econômico: impactos sobre a pobreza e a desigualdade

Silvia Maria Guidolin*

Sabino da Silva Porto Júnior**

Resumo:

A literatura sobre desenvolvimento tem reforçado a importância de se utilizar outras variáveis além dos dados de crescimento econômico para que se possa avaliar a qualidade deste crescimento. O quanto o pobre se beneficia do crescimento econômico é um dos temas deste debate, e resultou nos trabalhos sobre crescimento pró-pobre. Algumas regiões brasileiras apresentaram uma taxa elevada de crescimento econômico em decorrência do movimento recente de expansão da fronteira agrícola em áreas de cerrado. Este trabalho tem como objetivo principal avaliar em que medida este crescimento econômico beneficia os pobres, com redução da pobreza e da desigualdade. Para isso, utiliza-se o método de curvas de crescimento-pobreza. Os resultados apontaram para uma forte tendência de crescimento não pró-pobre, com predomínio de crescimento empobrecedor, e que pode ser atribuída ao modelo de expansão agrícola adotado. Reforça-se, deste modo, a necessidade de se avaliar este processo de crescimento e a adoção de políticas pró-pobre adequadas, para que este caráter concentrador não inviabilize o crescimento de longo prazo destas regiões.

Palavras-chave: crescimento pró-pobre; agricultura; desigualdade.

Abstract:

The literature on development has strengthened the importance of using other variables besides using the data of economic growth, so that it can evaluate the quality of this growth. How much the poor benefits of the economic growth is one of the subjects of this debate, and resulted in the works on pro-poor growth. Some Brazilian regions had presented a high rate of economic growth in result of the recent movement of agricultural frontier's expansion in *cerrado* areas. This work has as its main objective to evaluate the measure in which this economic growth benefits the poor, with reduction of the poverty and the inequality. For this, the poverty growth curves method was used. The results had pointed one strong trend of not pro-poor growth, with predominance of immiserizing growth, which can be attributed to the adopted agricultural expansion model. It is strengthened, in this way, the necessity of evaluating this process of growth and the adoption of adequate pro-poor policies, so that this concentrative character does not make impracticable the growth of these regions in the long run.

Key words: pro-poor growth; agriculture; inequality.

* Economista, membro do GEEIN – Grupo de Estudos em Economia Industrial e mestranda do Programa em Pós-Graduação em Economia da UFRGS -E-mail: smguidolin@yahoo.com.br

** Professor adjunto do PPGE-UFRGS – Email: Sabino@ppge.ufrgs.br

Expansão agrícola e crescimento econômico: impactos sobre a pobreza e a desigualdade

1. Introdução

A sustentabilidade¹ do crescimento econômico brasileiro é um tema que está frequentemente em pauta no debate político-econômico. No entanto, a questão da sustentabilidade não se restringe à capacidade do país manter seu crescimento no longo prazo, mas também em atingir a melhora no bem-estar da população sob um aspecto multidimensional. Neste sentido, uma das dimensões mais importantes é a redução da pobreza. Desigualdade e pobreza são problemas crônicos no Brasil que, apesar de apresentarem sinais de melhora nos últimos anos, ainda fazem o país ocupar os primeiros lugares em *rankings* internacionais de qualidade de vida, tais como o do Relatório sobre Desenvolvimento Humano (ONU, 2005). Deste modo, torna-se relevante entender se as bases do crescimento econômico no Brasil produzem efeitos positivos ou negativos sobre a pobreza e a desigualdade.

As taxas de crescimento apresentadas de forma agregada alcançam de modo heterogêneo setores e regiões. Esta heterogeneidade causa efeitos distintos sobre a desigualdade de renda e a pobreza. A região Centro-Oeste, por exemplo, apresentou elevadas taxas de crescimento econômico nas últimas duas décadas, e vem ampliando sua participação no PIB, sendo que este crescimento baseia-se principalmente na expansão agropecuária. Segundo a literatura tradicional sobre crescimento econômico e pobreza, o crescimento econômico no setor agrícola dos países em desenvolvimento tem efeito maior sobre a redução da pobreza. Isto ocorre porque a maior parte dos pobres no mundo vive nas zonas rurais ou migram destas regiões para as áreas urbanas em busca de oportunidades. A dinamização do setor rural é parte importante do crescimento econômico dos países, pois a maior produtividade no setor agrícola aumenta os salários, reduzindo a pobreza, e disponibiliza recursos, alimentos e trabalho para o desenvolvimento da indústria (Timmer, 2005).

No entanto, este modelo não deve ser aplicado integralmente para a realidade brasileira. O Brasil já realizou sua fase de transição da economia agrícola para a industrial na década de 1970, apesar de ainda existirem áreas rurais de elevada pobreza e baixa produtividade. Os efeitos do aumento da produtividade agrícola sobre a pobreza são amenizados pelas altas taxas de urbanização e a modernização da agricultura com base em tecnologias poupadoras de mão-de-obra. No entanto, foi possível observar nos últimos 15 anos um movimento de expansão da fronteira agrícola em direção às áreas de cerrado, em especial, na região Centro-Oeste, e que foi acompanhado pelo crescimento econômico do setor agrícola. A mensuração

¹ O termo sustentabilidade é utilizado no sentido de Brundtland (“Our Common Future”, World Commission on Environment and Development, 1987), no qual se deve suprir as necessidades da geração presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprir as suas. Este conceito é suficientemente amplo para considerar aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento, que são igualmente importantes. Deste modo, esta definição não se restringe exclusivamente às questões macroeconômicas, de inclusão social, ou ambientais, nas quais o termo pode ser tratado em sentido estrito.

dos efeitos deste crescimento sobre a redução da pobreza e da desigualdade torna-se um tema de estudo interessante.

Além desta seção introdutória, o artigo possui mais três seções. A próxima seção apresenta uma breve discussão sobre a qualidade do crescimento econômico e quais as possíveis relações entre crescimento econômico e melhoria das condições de vida, e, entre elas, a redução da pobreza e da desigualdade. Esta seção também introduz o conceito de crescimento pró-pobre e uma nova medida de mensuração do caráter do crescimento desenvolvida por Son (2004) – a curva de crescimento-pobreza. A terceira seção traz os resultados da aplicação desta curva para os estados do Centro-Oeste e para os municípios de oito microrregiões geográficas selecionadas, sendo uma do Nordeste e sete do Centro-Oeste. A última seção apresenta as conclusões do trabalho.

2. A qualidade do crescimento econômico

A variação da renda *per capita* no Brasil apresenta um comportamento bastante heterogêneo, tanto sob o aspecto regional quanto temporal. A renda *per capita* de São Paulo, por exemplo, foi três vezes maior que a do Maranhão em 2000, e entre 1991 e 2000, a renda *per capita* de Santa Catarina cresceu 50%, enquanto a de Roraima sofreu uma redução de quase 8% (PNUD, 2003). Este comportamento reflete a dificuldade que o país enfrenta para encontrar o caminho do crescimento sustentado e sustentável. Porém, mais importante do que alcançar taxas elevadas de crescimento econômico é melhorar o bem-estar da população. Segundo a abordagem das capacitações fundada por Sen (2000), o desenvolvimento deve estar relacionado à melhoria da vida que temos e das liberdades que desfrutamos. O enfoque estrito nas taxas de crescimento da renda *per capita* não capta a quem este crescimento beneficia e nem indica em qual tipo de capital ele está baseado. De acordo com o conceito de sustentabilidade, o desenvolvimento deve ser um compromisso com o bem-estar da população atual e das gerações futuras, e precisa estar apoiado no crescimento econômico de base ampla. As medidas de desenvolvimento devem, portanto, considerar seus diversos aspectos, e não apenas focar nas taxas de crescimento econômico, conforme apontam Sen (2000), Thomas *et alli* (2002) e World Bank (2001).

Thomas *et alli* (2002, p.4), calcularam correlações entre a taxa de crescimento do PIB e outros indicadores de desenvolvimento. Os resultados apresentam aspectos positivos e negativos do crescimento econômico em relação ao desenvolvimento. Entre os aspectos positivos está que crescimento do PIB está positivamente relacionado, para a amostra aplicada no trabalho de Thomas *et alli* (2002), com a redução da pobreza, da desigualdade de renda, da mortalidade infantil, da poluição da água e com o aumento da expectativa de vida. Entre os aspectos negativos, temos que o aumento do PIB está negativamente relacionado com a redução das emissões de dióxido de carbono e com o aumento do reflorestamento.

Os efeitos do crescimento econômico sobre os demais aspectos do desenvolvimento constituem um tema controverso. O World Bank (2001) afirma que o crescimento econômico pode ser uma forma adequada de combater a pobreza, pois à medida que aumenta a renda dos países, a incidência de pobreza diminui e os indicadores de bem-estar, como escolaridade e acesso à saúde, melhoram. Contudo, trabalhos como Ravallion (1997 e 2004) e Kraay (2004) apontam que esta afirmação não pode ser generalizada, pois a relação entre crescimento e pobreza é local específica. Banerjee e Duflo (2003) mostram, por exemplo, que a relação entre desigualdade na distribuição de renda e crescimento são não lineares. Uma boa síntese desse debate pode ser encontrada em Barreto (2005, p.5): “países com baixa renda e baixa desigualdade, a estratégia adequada para reduzir a pobreza é estimular o crescimento.” Deste

modo, o aumento da renda e as melhorias no bem-estar costumam andar juntas, mas nem sempre isto ocorre.

Thomas *et alli* (2002) identificam três padrões de crescimento. O primeiro é constituído por um crescimento econômico não sustentado, apresentando uma taxa reduzida e com eventuais fases de crescimento rápido. O segundo padrão é considerado um crescimento distorcido, que pode ser baseado, por exemplo, na exploração dos recursos naturais, subinvestimento em capital humano ou subsídios ao capital físico. O terceiro padrão é o chamado crescimento sustentado, baseado no investimento em capital humano, com ampliação da educação primária e secundária e melhoria da saúde pública, e protegendo o capital natural. Este padrão permite a combinação do capital humano e físico na geração de inovações tecnológicas e ampliação da produtividade.

O primeiro padrão está associado à estagnação econômica e perda de bem-estar. O crescimento do padrão dois é capaz de melhorar o bem-estar e reduzir a pobreza, mas por depender de apoio público, não garante sua sustentabilidade. Os subsídios ao capital físico distorcem as taxas de retorno entre capital humano e capital físico, favorecendo o trabalho não especializado e acentuando a desigualdade em educação. Este processo acaba repercutindo sobre a distribuição de renda e agravando a concentração desta. Os autores citam estudos que mostram que a desigualdade em educação está associada a um crescimento reduzido da renda *per capita*. Se a maior parte da população não é educada, a conseqüente baixa produtividade do trabalho faz com que o investimento em capital físico seja desestimulado, e por isso, o crescimento econômico é reduzido. Outro trabalho que também ressalta a importância da educação é Ravallion & Datt (1999). Estes autores encontraram que as diferenças nas taxas de alfabetização dos estados indianos se mostraram relevantes para explicar as diferenças na qualidade do crescimento destes estados.

O padrão de crescimento considerado mais adequado para melhorar o bem-estar e reduzir a pobreza é o terceiro. Neste padrão, os diferentes tipos de capitais da sociedade precisam apresentar taxas de crescimento compatíveis entre si ou não destoantes, de modo a permitir o seu acesso à população. Para os países em desenvolvimento, o investimento em capital humano é fundamental para a difusão da tecnologia, que é assimilada principalmente pela importação de bens de capital e intermediários. Se capital físico e humano recebem investimentos, o crescimento total da produtividade aumenta, bem como o acúmulo de bens. Incentivos inadequados que desestimulam o investimento em capital natural e humano, por exemplo, ou causam sua deterioração (desflorestamento, trabalho infantil, etc.), conduzem aos padrões de crescimento um e dois.

A teoria tradicional sustenta que a desigualdade poderia ser boa para o crescimento, pois aumenta a renda dos ricos, que poupam, e com isso aumentam a taxa de poupança e o volume de investimentos. Esta visão não é corroborada pelos dados empíricos que apontam os efeitos positivos da redução da desigualdade sobre o próprio crescimento, bem como sobre a redução da pobreza². As novas evidências apontam que as relações entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano podem gerar círculos virtuosos e viciosos. O baixo desenvolvimento humano pode impedir que o crescimento econômico se sustente, criando um círculo vicioso. Inversamente, a adoção de políticas que melhoram a saúde e educação da população, amplia o acesso às oportunidades econômicas e gera um círculo virtuoso (World Bank, 2001).

² A literatura a esse respeito é bastante vasta, uma boa introdução pode ser encontrada, por exemplo, em Bouguignon (2003) que analisa o impacto da desigualdade sobre o combate a pobreza. Como comentado anteriormente, a relação entre crescimento e desigualdade não é trivial e linear, a esse respeito ver Benarjee e Duflo (2003) para uma revisão ampliada dessa questão.

2.1. Crescimento e redução da pobreza

Melhorar o bem-estar da população significa, principalmente, reduzir a pobreza. Os pobres desfrutam de menores liberdades substantivas do que os não-pobres, por não possuírem acesso à educação, saúde, renda para adquirir os bens necessários para ter uma vida boa, e encontram-se em situação vulnerável, sem uma rede de segurança que os proteja em momentos de crise econômica, desastre ambiental, ou problemas localizados (Sen, 2000). Segundo Thomas *et alli* (2002), nos momentos de crise e baixo crescimento, são as camadas pobres da população que mais sofrem. Eles têm dificuldade em manter seu consumo de subsistência e seu capital natural e humano são degradados. Nestas condições, após a crise é mais difícil aproveitar as novas oportunidades e retornar aos padrões anteriores. Por isso, para alcançar o desenvolvimento sustentado, é fundamental que o crescimento tenha um efeito positivo sobre a redução da pobreza.

Alguns trabalhos defendem que o crescimento sempre é inequivocamente favorável aos mais pobres por conta do aumento de renda da população de mais baixa renda (a esse respeito, ver Dollar e Kraay, 2002). No entanto, a relação entre crescimento e redução da pobreza não é exata e inequívoca. Existem países que possuem taxas de crescimento econômico semelhantes, e alcançam diferentes níveis de redução de pobreza. Conforme aponta o World Bank (2001), essas diferenças não se devem apenas à simples escolha dos países, mas são fruto das interações de políticas, instituições, história e geografia, dentre outros fatores. A efetividade do combate à pobreza através do crescimento econômico depende da desigualdade inicial na distribuição de renda e de oportunidades, e também das mudanças na distribuição de renda decorrentes do crescimento econômico. De modo geral, o aumento do consumo do quintil mais pobre da população acompanha a taxa de crescimento econômico do país. Nos momentos de crise, esse consumo diminui e, diante das condições limitadas de sobrevivência desta camada da população, o resultado é um aumento da incidência e da intensidade da pobreza.

Um conceito importante que surgiu na literatura sobre desenvolvimento é o de crescimento pró-pobre. Segundo Silveira (2005), este conceito apresenta-se em duas versões que diferem quanto à importância dada à redução da desigualdade decorrente do desenvolvimento. Na concepção de Kakwani & Pernia (2000), que segue a abordagem das capacitações de Amartya Sen, o crescimento pró-pobre pode ser definido como o que habilita os pobres a participar ativamente e beneficiar-se significativamente da atividade econômica. Ele é um rompimento com o conceito de desenvolvimento *trickle-down*, no qual os pobres se beneficiam indiretamente do crescimento através do consumo dos ricos, de modo que o benefício destes será sempre proporcionalmente menor que o daqueles. Segundo Kakwani & Pernia (2000), o crescimento pode também aumentar a pobreza. Isto acontece quando a desigualdade aumenta tanto que o impacto benéfico do crescimento é mais do que compensado pelo impacto adverso do aumento da desigualdade. O crescimento pró-pobre, na visão destes autores, deve colocar a redução da desigualdade com papel fundamental – “It is *inclusive* economic growth” (Kakwani & Pernia, 2000, p.3, grifos do autor), e seu resultado deve ser que nenhuma pessoa na sociedade seja privada de suas capacitações básicas.

O trabalho de Ravallion & Chen (2003) chama atenção para o fato de que uma taxa de crescimento menor, acompanhada de redução da desigualdade, criará menores ganhos absolutos para os pobres do que uma taxa de crescimento maior, sem alteração da desigualdade. Deste modo, os autores relativizaram a importância da redução da desigualdade no conceito de crescimento pró-pobre. Essama-Nssah (2004) destaca a diferença entre as duas concepções de crescimento pró-pobre: Ravallion & Chen (2003) e Kraay (2004), de uma lado, e Kakwani & Pernia (2000) e Son (2004), de outro, e por adotarem visões distintas, estes trabalhos alcançariam diferentes resultados.

Esta controvérsia se insere dentro de um debate mais amplo. Conforme apontam Essama-Nssah (2004) e Klasen (2004), a redução da pobreza foi definida como um objetivo fundamental do desenvolvimento no âmbito das Metas de Desenvolvimento do Milênio (ONU), o que reforça a importância da elaboração de medidas para avaliar qual a contribuição do crescimento dos países para a redução da pobreza, ou mesmo qual o benefício do crescimento para os pobres. Por isso, o crescimento pró-pobre e sua mensuração têm recebido a atenção de diversos autores.

Os resultados apresentados pelo World Bank (2001) ressaltam a importância dos efeitos do crescimento sobre a distribuição de renda para a redução da pobreza. Se há um aumento na parcela da renda destinada aos mais pobres, a renda dos pobres crescerá a uma taxa maior que a média. Da mesma forma, se a parcela apropriada por eles diminuir, sua renda crescerá a taxas menores que a média. Este processo afeta diretamente os índices de pobreza. Para uma determinada taxa de crescimento econômico, os índices de pobreza diminuirão mais rapidamente à medida que a desigualdade de renda se torne menor. O trabalho de Kappel *et alli* (2005, p.49), por exemplo, mostra que o crescimento reduziu a pobreza nos anos 1990 em Uganda, pois houve aumento do consumo em base ampla e melhoria na distribuição de renda. No entanto, entre 2000 e 2003, o número de pobres aumentou de 7 milhões para 9 milhões, devido ao baixo crescimento e a piora na distribuição de renda. Diante das evidências empíricas de que a redução da desigualdade é um componente importante para o crescimento pró-pobre, este trabalho utiliza a metodologia proposta por Son (2004).

2.2. A curva de crescimento-pobreza

Existem diversos métodos na literatura para estimar a qualidade do crescimento econômico dos países. A metodologia proposta recentemente por Son (2004) assume o conceito de crescimento pró-pobre de Kakwani & Pernia (2000), privilegiando o crescimento que é acompanhado pela redução da desigualdade. Son (2004) propõe a “curva de crescimento-pobreza” que tem como objetivo identificar se o crescimento econômico é ou não pró-pobre. O que diferencia o método de Son (2004) é a possibilidade de se obter mais resultados conclusivos sobre o crescimento. A curva de crescimento-pobreza baseia-se na curva de Lorenz, que é gerada plotando a participação na renda $L(p)$ contra o percentual p mais pobre da população. Em um país de perfeita igualdade de renda, $L(p)=p$ em todos os pontos, e a curva de Lorenz será uma reta positivamente inclinada com ângulo de 45° (Hoffmann, 1998). Assim, deslocamentos para cima da curva de Lorenz indicam redução da desigualdade e, portanto, que o crescimento é pró-pobre³.

A curva de crescimento-pobreza de Son (2004) é obtida através da seguinte equação da curva de Lorenz:

$$L(p) = \frac{\mu_p p}{\mu}$$

Onde μ é a renda média da população total e μ_p é a renda média do percentil p mais pobre desta população.

Esta equação também pode ser escrita como:

³ Esse resultado não é inequívoco pois o deslocamento da distribuição pode manter a média inalterada e, contudo, aumentar a polarização o que pode ocorrer com diminuição ou aumento da concentração de renda, a esse respeito ver Wolfson (1994). Podendo, inclusive, ocorrer o cruzamento das curvas de Lorenz o que impossibilita avaliar o impacto distributivo (ver Ray, 1998).

$$\frac{\mu L(p)}{p} = \mu_p$$

Se aplicarmos logaritmo em ambos os lados da equação, obtemos:

$$\ln(\mu L(p)) - \ln(p) = \ln(\mu_p)$$

E tomando a primeira diferença:

$$\Delta\mu + \Delta\ln(L(p)) = \Delta\ln(\mu_p) = g(p)$$

Seja $g = \Delta\mu$, podemos escrever:

$$g(p) = g + \Delta\ln(L(p))$$

De modo que $g(p)$ é a taxa de crescimento da renda média do percentil p mais pobre da população. A partir do teorema de Atkinson (1987), é possível dizer que se $g(p) > 0$ para todo p , então houve redução da pobreza entre os dois períodos (Son, 2004). A classificação dos resultados da curva de crescimento-pobreza é feita da seguinte forma:

- Se $g(p) > g$ para todo $p < 100$, então o crescimento é pró-pobre;
- Se $g(p) < g$ para todo $p < 100$, e $g(p) > 0$, o crescimento é não pró-pobre (ou pró-rico), pois há uma redução da pobreza ($g(p) > 0$) que é acompanhada por um aumento da desigualdade ($g(p) < g$), o que constitui o caso do crescimento do tipo *trickle-down*;
- Se temos um caso em que $g < 0$ e $g(p) < g$ para todo $p < 100$, a redução da renda teve maior efeito sobre os pobres, e por isso podemos dizer que este decréscimo também não é pró-pobre;
- Se $g(p) < g$ para todo $p < 100$, $g(p) < 0$ e $g > 0$, temos crescimento empobrecedor, pois há um aumento da pobreza devido à queda na renda do p mais pobres ($g(p) < 0$), apesar do crescimento da renda média ($g > 0$).

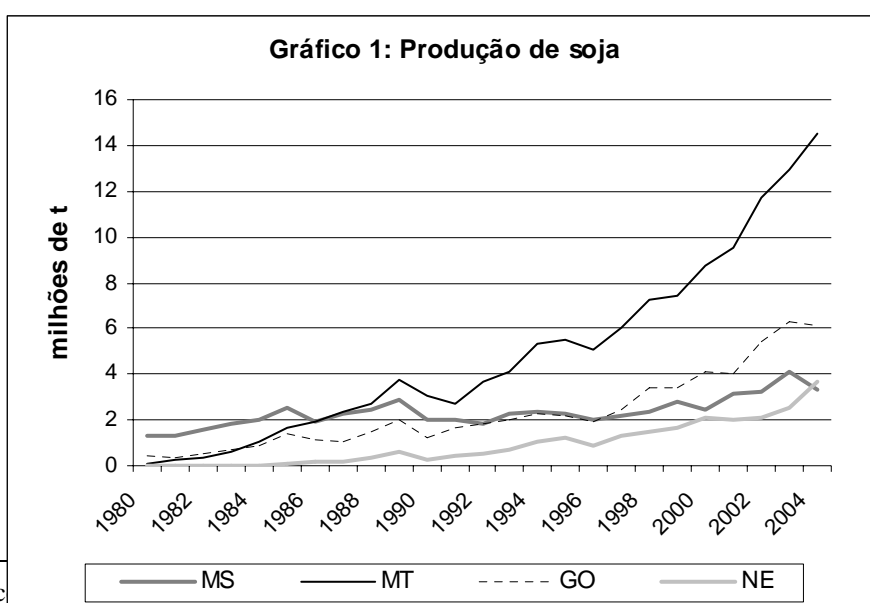
Um trabalho recente aplicou a “curva de crescimento-pobreza” para o Brasil (ver Ribeiro *et alli*, 2004) utilizou dados dos estados para as décadas de 1980 e 1990. Os resultados deste estudo mostraram que o crescimento foi predominantemente pró-pobre na década de 1990, em contraposição aos anos 1980, nos quais o resultado que prevalece é de crescimento pró-rico ou empobrecedor. Na década de 1980, destacam-se os anos de 1984 e 1986 que apresentaram crescimento pró-pobre na maior parte dos estados brasileiros, o que é explicado pelos momentos favoráveis que a economia brasileira viveu nestes anos. Do início dos anos 1990 até 2002, os anos que merecem destaque pelo número de estados que apresentaram crescimento pró-pobre foram 1998 e 2002.

As microrregiões e estados da região Nordeste foram analisados por Silveira (2005) para os anos censitários de 1991 e 2000, utilizando o mesmo método. As curvas estaduais mostraram que no intervalo em estudo não houve casos de crescimento pró-pobre. A diferença entre os anos estudados por Ribeiro *et alli* (2004) e Silveira (2005) justificam a diferença nos resultados, pois o crescimento pró-pobre na década de noventa ocorre notadamente a partir de 1995. O resultado da curva de crescimento-pobreza entre os anos de 1991 e 2002 pode, em alguns casos, ter sido influenciado pelo comportamento das variáveis na primeira metade do período. Porém, o conjunto de resultados apresentados por Silveira (2005), tais como a reduzida elasticidade-pobreza do crescimento da região Nordeste e a menor incidência do crescimento pró-pobre em suas microrregiões com relação às demais microrregiões do país, demonstram a baixa qualidade do crescimento nordestino.

3. Crescimento econômico na fronteira agrícola

A expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste foi resultado de políticas agrícolas e de colonização adotadas pelo Estado brasileiro no pós-guerra. Entre elas, podemos destacar os programas para atrair agricultores de outras regiões, predominantemente do Sul, que forneciam incentivos como terras a baixo custo ou gratuitas como as Colônias Agrícolas Nacionais implantadas em Ceres - Goiás, e em Dourados - Mato Grosso do Sul, o Sistema Nacional de Crédito Rural, a Política de Garantia de Preços Mínimos, e os programas de pesquisa e extensão rural que desenvolveram sementes e técnicas de plantio e de manejo do solo adequadas às áreas de cerrado. Outro projeto importante foi a transferência da capital para Brasília, o que contribuiu para aumentar os investimentos em infra-estrutura naquela região. O fluxo migratório decorrente destas políticas é revelado pelos dados dos Censos do IBGE (FIBGE, 2005a). A taxa média geométrica de crescimento da população no Centro-Oeste foi a maior entre as grandes regiões nos períodos entre os anos 1950 e 1960, com 5,36% ao ano, e entre 1960 e 1970, com 5,60% ao ano.

O resultado deste processo pode ser observado no aumento da produção de grãos⁴ no Centro-Oeste. A região era responsável por 14,3% da produção brasileira em 1980, e ampliou esta participação para 30,5% em 2003. As culturas de maior expansão são soja, milho e algodão (gráficos 1, 2 e 3). O estado de maior destaque é o Mato Grosso, cuja produção de soja aumentou 12 290% entre 1980 e 2004. Mato Grosso do Sul já possuía produção de 1,32 milhões de toneladas de soja em 1980 e apresentou um crescimento mais modesto, de 148%, e Goiás obteve uma expansão de 1 236% para o mesmo período. A produção de milho também cresceu mais no Mato Grosso – 2 291% – do que em Mato Grosso do Sul, com 1 160%, e Goiás, com 101%, de modo que os três estados estão com a produção na marca de 3 milhões de toneladas. A produção de algodão, assim como a de soja, também é liderada pelo Mato Grosso, onde a produção aumentou 38 246% entre 1980 e 2004, sendo que esta não alcançava cinco mil toneladas em 1980 (FIBGE, 1990; SIDRA, 2005).

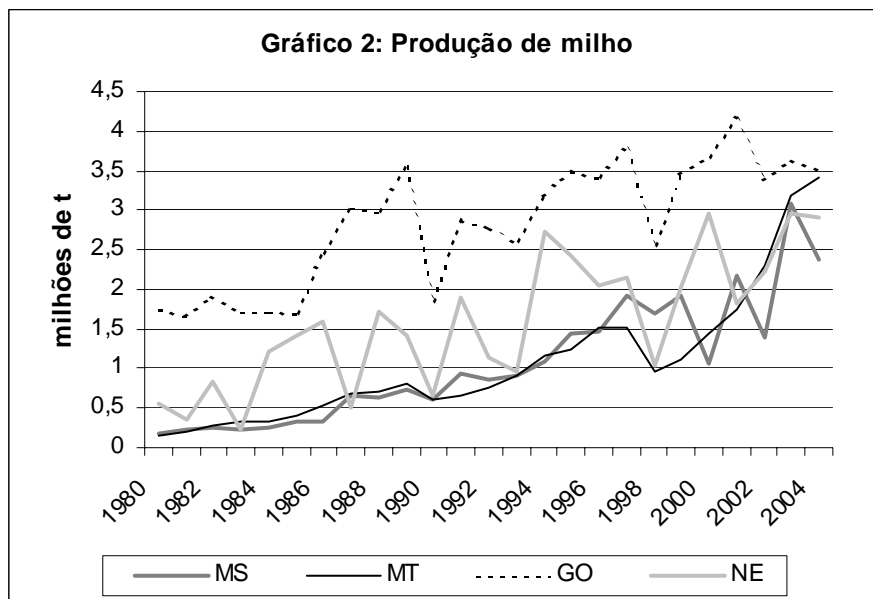


⁴ Como grãos c

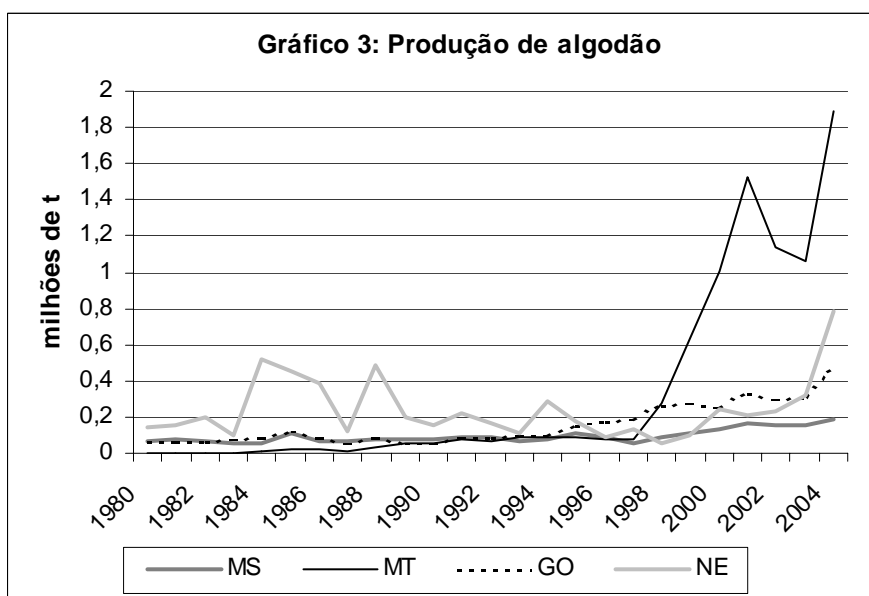
(em caroço), algodão herbáceo (em caroço), amendoim (em casca), arroz (em casca), aveia (em grão), centeio (em grão), cevada (em grão), feijão (em grão), mamona (em baga), milho (em grão), soja (em grão), sorgo (em grão) e trigo (em grão).

algodão arbóreo

Fonte: FIBGE, 1990; SIDRA, 2005.



Fonte: FIBGE, 1990; SIDRA, 2005.



Fonte: FIBGE, 1990; SIDRA, 2005.

Algumas áreas da região Nordeste apresentam características de solo e clima similares às da região Centro-Oeste, e por isso também fazem parte deste processo de expansão da fronteira agrícola em direção ao cerrado. Neste caso, deve-se destacar a produção de algodão e soja no oeste da Bahia, e mais recentemente no sul do Maranhão e sudoeste do Piauí. A produção de milho se expande de forma instável e relativamente dispersa entre os estados. A região Nordeste respondeu em 2004 por cerca de 6,9% da produção de milho no Brasil, mas já foi de 9,1% em 2000. Na produção de soja, esta participação alcançou 7,4% em 2004, e não chegava a 2% em 1990. A expansão da produção de algodão está inserida em um movimento mais recente. A participação na produção brasileira apresenta um movimento crescente deste 1998, com exceção do ano de 2001, e alcançando 20,8% em 2004.

O aumento da produção agrícola refletiu-se no crescimento econômico da região Centro-Oeste. Os estados desta região apresentaram um acréscimo expressivo do PIB *per capita*, com taxas de crescimento médio anuais de 3,08% no Mato Grosso, 2,70% em Goiás, e 1,47% no Mato Grosso do Sul, entre 1985 e 2002 (IPEADATA, 2005). A dinâmica deste crescimento pode ser atribuída ao setor primário, que apresentou um aumento do valor adicionado de 105% entre 1999 e 2002, o maior entre os três setores de atividade econômica (FIBGE, 2005b), pois, para o mesmo período, o valor adicionado da indústria cresceu 65% e o de serviços, 44%. Entre os estados, o que obteve maior aumento do valor adicionado da agropecuária foi Goiás, com 149%, seguido por Mato Grosso, com 114%, e Mato Grosso do Sul, com 58%. O Distrito Federal obteve um aumento de 125% no valor adicionado da agropecuária, mas responde por menos de 2% do valor da região. A dinamização de regiões de cerrados no Nordeste, notadamente, no oeste da Bahia e sudoeste do Piauí e sul do Maranhão, também foi caracterizada por um crescimento microrregional positivo.

Contudo, os efeitos deste crescimento sobre a redução da pobreza não são claros. Segundo dados do PNUD (2003), houve uma redução do número de pessoas abaixo da linha de pobreza, mas a intensidade da pobreza não diminuiu nos estados do Centro-Oeste. A expansão agropecuária tem sido caracterizada pela literatura como altamente concentrada em termos de terra e capital. Diversos trabalhos (Guidolin, 2003; Rezende, 2001, 2002) já mostraram que a produção agrícola no Centro-Oeste é pautada na produção em grande escala, com elevados investimentos em máquinas agrícolas de grande porte e insumos modernos, como agrotóxicos, fertilizantes e sementes. Portanto, a qualidade do crescimento econômico destes estados demanda investigação, pois eles possuem tanto características que apontam para crescimento pró-pobre, dado o forte peso da agricultura, como as que apontam para o crescimento pró-rico, tais como a concentração de ativos.

3.1. Curvas de crescimento-pobreza para o Centro-Oeste – estados

Com objetivo de avaliar a qualidade de crescimento nos cerrados e, conseqüentemente, visando avaliar o processo de expansão das fronteiras agrícolas no Brasil, foram calculadas as curvas de crescimento-pobreza de Son (2004) para os estados do Centro-Oeste.

Para cada um dos estados do Centro-Oeste – Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – foram calculadas 19 curvas de crescimento-pobreza, no período entre os anos de 1981 e 2003. Os anos 1991, 1994 e 2000 foram excluídos da análise devido à indisponibilidade de dados. A fonte dos dados é o IPEADATA (2005) e os resultados estão resumidos na tabela 1. Para Goiás houve dez anos de crescimento da renda média, sendo que apenas em 2001-2002 ele foi pró-pobre. Em quatro anos o crescimento foi considerado não pró-pobre, e em cinco o resultado é inconclusivo. Para os nove anos em que houve queda na renda média, em cinco deles a crise teve maior efeito sobre os mais ricos, e em dois deles teve maior efeito sobre os mais pobres (1986-1987 e 1987-1988). Em dois anos o resultado é inconclusivo.

Em Mato Grosso também houve dez anos de crescimento da renda média, sendo que em dois deles este crescimento foi pró-pobre (1984-1985 e 1988-1989). Para cinco anos o crescimento não foi pró-pobre, e nos demais três anos o resultado é inconclusivo. Entre os anos de redução da renda média, cinco anos foram considerados pró-pobre, e três anos não pró-pobre. Não foi possível classificar a curva em apenas um ano. No caso de Mato Grosso do Sul ocorreram oito anos de crescimento, dos quais dois são pró-pobre. Em 1995-1996 o crescimento foi empobrecedor e em 1981-1982 ele foi pró-rico. O número de resultados inconclusivos foi maior, ocorrendo para quatro anos. Nos anos de redução da renda média, cinco foram piores para os ricos e quatro foram piores para os pobres. Em dois anos não foi possível obter resultados conclusivos. No total, os resultados conclusivos responderam por 70% dos casos. Foram obtidos 17 casos conclusivos para a década de 1980 e 17 para a década de 1990. Nos anos 1980 há predomínio de crescimento não pró-pobre, que ocorreu 12 vezes, contra cinco casos de crescimento pró-pobre. Nos anos 1990, o crescimento pró-pobre ocorreu dez vezes, enquanto o não pró-pobre ocorreu sete vezes. Para o período pós-1999, o crescimento é predominantemente pró-pobre, ocorrendo em cinco casos.

Tabela 1: Resultados das curvas de crescimento-pobreza para os estados do Centro-Oeste (1981-2003)

| | Crescimento | Decrescimento | Total |
|----------------------|-------------|---------------|-------|
| Pró-pobre | 5 | 15 | 20 |
| Não pró-pobre | 10 | 9 | 19 |
| Empobrecedor | 1 | 0 | 1 |
| Inconclusivo | 12 | 5 | 17 |
| Total | 28 | 29 | 57 |

Esta diferente tendência entre os anos 1981 e 1990 se confirma no estudo de grupos de anos selecionados. Para o intervalo entre 1981 e 1990 o crescimento foi não pró-pobre para os três estados, sendo que entre os primeiros cinco anos deste período (1981-1986), o crescimento foi pró-rico, e nos demais quatro anos (1986-1990), houve redução da renda. Esta redução afetou mais os pobres em Mato Grosso do Sul e em Goiás, e em Mato Grosso o resultado é inconclusivo. Deste modo, podemos afirmar que o crescimento na década de oitenta apresenta um caráter não pró-pobre, resultando inclusive num aumento da desigualdade. Isto está de acordo com os resultados obtidos por Ribeiro *et alli* (2004).

Entre 1990 e 1999, Mato Grosso e Goiás apresentaram crescimento pró-pobre, enquanto em Mato Grosso do Sul não é possível classificar a curva. No sub-período entre 1990 e 1995, Goiás teve crescimento pró-pobre, e em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ele foi inconclusivo. Para o sub-período seguinte (1995-1999), Mato Grosso apresenta crescimento pró-pobre e para Goiás e Mato Grosso do Sul o resultado não é conclusivo. Para tentar obter tendências mais claras, podemos analisar outros anos. Se adotarmos o período entre 1992 e 1998, de modo a excluir as crises do governo Collor no início da década de 90 e a encerrar a análise antes da desvalorização do real ocorrida em 1999, temos o seguinte resultado: crescimento pró-pobre em Goiás e Mato Grosso do Sul, e crescimento pró-rico em Mato Grosso. A exclusão dos anos de grande mudança econômica inverte a tendência do caráter do crescimento nos estados de Mato Grosso, confirma o crescimento pró-pobre em Goiás, e torna o resultado conclusivo como pró-pobre em Mato Grosso do Sul.

O último período de análise corresponde aos anos entre 1999 e 2003, que apresenta crescimento pró-pobre para Goiás e Mato Grosso do Sul, e inconclusivo para Mato Grosso. O sub-período 2001-2003 mostrou-se pró-pobre para os três estados, e ampliando o período para todos os anos disponíveis após o Plano Real (1995-2003), este resultado se repete. Apesar de

alguns anos e períodos com resultados que apontem para crescimento não pró-pobre, podemos dizer que no período entre 1990 e 2003 há uma tendência voltada para o crescimento pró-pobre, especialmente nos anos após a implantação do Plano Real, conforme apontam os resultados para o período entre 1995 e 2003. Este resultado também está de acordo com os que foram apresentados por Ribeiro *et alli* (2004), de modo que os estados do Centro-Oeste seguem a tendência dos demais estados brasileiros.

A ampliação desta análise pode ser feita sob o aspecto espacial, verificando quais as microrregiões e municípios que se dinamizam o crescimento dos estados e qual é o caráter deste crescimento, de modo similar à análise que foi realizada por Silveira (2005).

Tabela 2: Curva de crescimento-pobreza para Goiás – anos selecionados

| | Percentil | | | | | | | | | | Curva de crescimento-pobreza |
|------------------|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------------------------------|
| | 10 | 20 | 30 | 40 | 50 | 60 | 70 | 80 | 90 | 100 | |
| 1981-1990 | -0,2 | 11,4 | 15,4 | 19,1 | 21,4 | 23,0 | 25,6 | 28,3 | 32,7 | 44,1 | não pró-pobre |
| 1981-1986 | 101,3 | 102,5 | 101,8 | 101,9 | 100,0 | 99,3 | 101,6 | 104,1 | 106,0 | 109,6 | não pró-pobre |
| 1986-1990 | -50,4 | -45,0 | -42,8 | -41,0 | -39,3 | -38,3 | -37,7 | -37,1 | -35,6 | -31,3 | não pró-pobre |
| 1990-1999 | 23,0 | 25,7 | 23,7 | 20,8 | 17,8 | 15,3 | 12,2 | 8,6 | 4,0 | -4,5 | pró-pobre |
| 1990-1995 | 14,5 | 15,1 | 14,0 | 11,6 | 9,2 | 7,1 | 4,9 | 1,8 | -3,1 | -11,8 | pró-pobre |
| 1995-1999 | 7,4 | 9,2 | 8,5 | 8,3 | 7,9 | 7,6 | 7,0 | 6,7 | 7,4 | 8,3 | inconclusivo |
| 1992-1998 | 40,0 | 33,0 | 29,6 | 26,8 | 26,2 | 25,9 | 26,0 | 27,3 | 29,3 | 25,2 | pró-pobre |
| 1999-2003 | 6,1 | 6,4 | 7,5 | 7,3 | 7,2 | 7,7 | 7,2 | 6,3 | 4,9 | -0,7 | pró-pobre |
| 2001-2003 | -1,6 | 1,6 | 2,6 | 3,3 | 3,8 | 4,3 | 4,5 | 3,9 | 3,5 | -4,8 | pró-pobre |
| 1995-2003 | 13,9 | 16,2 | 16,6 | 16,2 | 15,6 | 15,9 | 14,7 | 13,4 | 12,7 | 7,5 | pró-pobre |

Tabela 3: Curva de crescimento-pobreza para Mato Grosso do Sul – anos selecionados

| | Percentil | | | | | | | | | | Curva de crescimento-pobreza |
|------------------|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------------------------------|
| | 10 | 20 | 30 | 40 | 50 | 60 | 70 | 80 | 90 | 100 | |
| 1981-1990 | -11,5 | -6,6 | -5,8 | -4,6 | -3,0 | -0,9 | 1,8 | 4,9 | 7,3 | 17,6 | não pró-pobre |
| 1981-1986 | 70,0 | 73,9 | 73,9 | 74,6 | 73,9 | 72,9 | 71,7 | 72,7 | 74,5 | 79,2 | não pró-pobre |
| 1986-1990 | -47,9 | -46,3 | -45,8 | -45,4 | -44,2 | -42,7 | -40,7 | -39,3 | -38,5 | -34,4 | não pró-pobre |
| 1990-1999 | -6,4 | 6,4 | 13,0 | 16,3 | 17,5 | 17,6 | 16,1 | 13,9 | 11,7 | 5,0 | inconclusivo |
| 1990-1995 | -0,5 | 13,2 | 17,8 | 19,4 | 19,1 | 17,9 | 16,0 | 13,6 | 14,0 | 6,2 | inconclusivo |
| 1995-1999 | -5,9 | -6,1 | -4,0 | -2,6 | -1,3 | -0,2 | 0,0 | 0,3 | -2,0 | -1,2 | inconclusivo |
| 1992-1998 | 33,2 | 37,4 | 40,1 | 38,5 | 37,5 | 35,7 | 34,1 | 33,9 | 33,8 | 21,9 | pró-pobre |
| 1999-2003 | 24,5 | 15,5 | 11,4 | 8,5 | 7,2 | 7,1 | 6,2 | 5,1 | 4,6 | 3,3 | pró-pobre |
| 2001-2003 | 17,6 | 6,9 | 2,9 | 2,2 | 2,0 | 2,3 | 2,7 | 2,5 | 1,1 | -4,1 | pró-pobre |
| 1995-2003 | 17,2 | 8,6 | 6,9 | 5,6 | 5,7 | 6,8 | 6,3 | 5,4 | 2,5 | 2,2 | pró-pobre |

Tabela 4: Curva de crescimento-pobreza para Mato Grosso – anos selecionados

| | Percentil | | | | | | | | | | Curva de crescimento-pobreza |
|------------------|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------------------------------|
| | 10 | 20 | 30 | 40 | 50 | 60 | 70 | 80 | 90 | 100 | |
| 1981-1990 | -11,5 | -7,4 | -4,8 | -1,6 | 1,7 | 5,2 | 9,7 | 13,7 | 20,1 | 25,6 | não pró-pobre |
| 1981-1986 | 69,2 | 70,8 | 67,4 | 64,5 | 66,7 | 69,7 | 74,0 | 79,5 | 89,9 | 119,5 | não pró-pobre |
| 1986-1990 | -47,7 | -45,8 | -43,1 | -40,2 | -39,0 | -38,0 | -36,9 | -36,7 | -36,7 | -42,8 | inconclusivo |
| 1990-1999 | 19,2 | 26,5 | 26,2 | 23,9 | 21,4 | 18,9 | 16,4 | 14,7 | 11,5 | 10,8 | pró-pobre |

| | | | | | | | | | | | |
|------------------|-------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|---------------|
| 1990-1995 | -7,7 | 5,7 | 11,1 | 13,0 | 12,7 | 11,2 | 9,5 | 7,4 | 4,6 | 5,8 | inconclusivo |
| 1995-1999 | 29,1 | 19,7 | 13,5 | 9,7 | 7,7 | 6,9 | 6,3 | 6,8 | 6,7 | 4,7 | pró-pobre |
| 1992-1998 | 47,7 | 50,4 | 48,2 | 45,5 | 44,4 | 42,7 | 41,5 | 42,5 | 47,7 | 67,8 | não pró-pobre |
| 1999-2003 | -11,7 | -8,9 | -7,6 | -6,0 | -4,5 | -3,7 | -3,6 | -3,4 | -2,1 | -2,2 | inconclusivo |
| 2001-2003 | 17,6 | 3,2 | -2,0 | -3,7 | -4,4 | -4,9 | -4,7 | -4,6 | -4,2 | -9,3 | pró-pobre |
| 1995-2003 | 14,0 | 9,0 | 4,9 | 3,1 | 2,8 | 2,9 | 2,5 | 3,2 | 4,4 | 2,4 | pró-pobre |

3.2. Curvas de crescimento-pobreza para o Centro-Oeste - municípios

O processo de expansão da fronteira agrícola em direção aos cerrados não ocorre de forma homogênea. O aumento da produção concentra-se em alguns municípios próximos, que podem ser agrupados nas microrregiões geográficas. A dinâmica do setor agropecuário nestes municípios pode ser observada nos dados sobre os PIBs municipais produzidos pelo IBGE (FIBGE, 2005b). Entre os 100 municípios de maior participação no valor agregado da agropecuária em 2002, 22 pertencem aos três estados do Centro-Oeste e 6 aos estados do Nordeste. Entre os 6 municípios da região Nordeste, 3 pertencem à microrregião de Barreiras, na Bahia. São eles São Desidério (18º lugar), Barreiras (67º) e Luís Eduardo Magalhães (69º). Apesar do grande potencial agrícola, não foram encontrados nesta listagem municípios do sudeste do Piauí e sul do Maranhão, pois a expansão da produção de soja e algodão nestas áreas é muito recente. Estas regiões demandam pesquisas futuras para observar como será seu desenvolvimento.

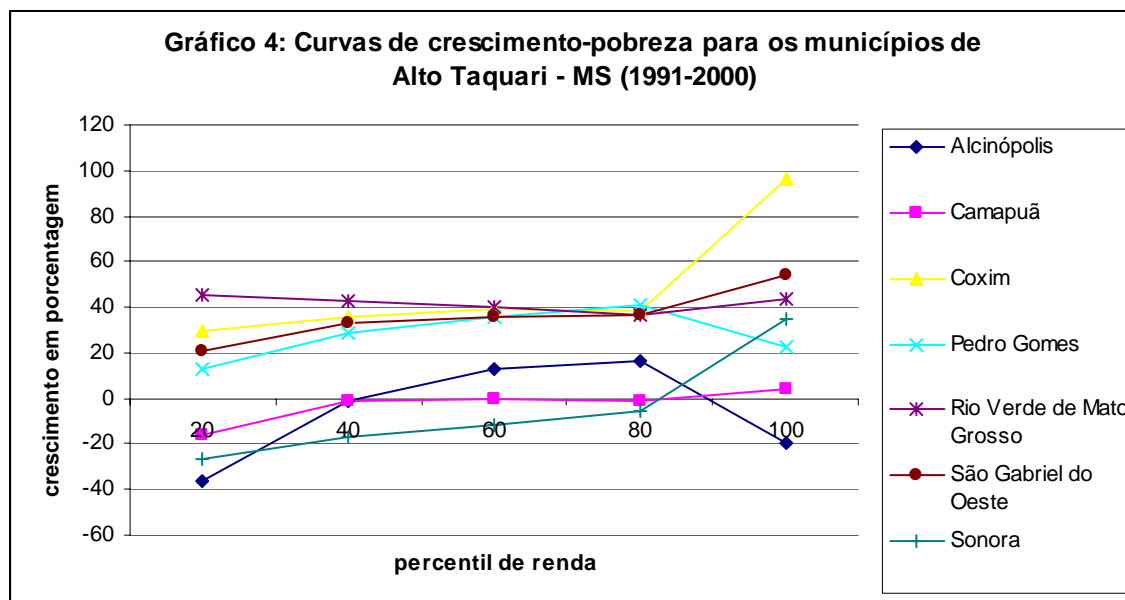
Entre os municípios da região Centro-Oeste, Rio Verde (9º lugar), Jataí (15º lugar), Mineiros (58º lugar), Montividiu (83º) e Chapadão do Céu (88º) pertencem à microrregião de Sudoeste de Goiás. Em Mato Grosso, destacam-se Sorriso (21º lugar) e Tapurah (96º), que pertencem à microrregião de Alto Teles Pires, Campo Novo dos Parecis (61º), Sapezal (70º), e Diamantino (93º), que fazem parte da microrregião Parecis, Primavera do Leste (79º) e Campo Verde (91º) constituem a microrregião de Primavera do Leste, e Itiquira (66º), que pertence à microrregião de Rondonópolis. Em Mato Grosso do Sul, temos São Gabriel do Oeste (65º), que se localiza em Alto Taquari, e Costa Rica (73º) e Chapadão do Sul (90º) em Cassilândia. Estes 19 municípios responderam por 3% do valor adicionado da agropecuária no Brasil em 2002, e podem ser considerados de destaque.

Além de possuírem uma participação no valor adicionado da agropecuária acima da média, as microrregiões às quais pertencem estes municípios se destacam em seus estados e regiões geográficas com relação ao seu PIB *per capita*. O PIB *per capita* da microrregião de Barreiras, por exemplo, está significativamente acima do Nordeste e da Bahia. As microrregiões do Centro-Oeste estão entre as 27 que apresentaram PIB *per capita* maior que o do Centro-Oeste (FIBGE, 2005c), e foram selecionadas por Guidolin (2003) e por Brum & Wedekin (2002) para estudo por sua elevada produção de grãos.

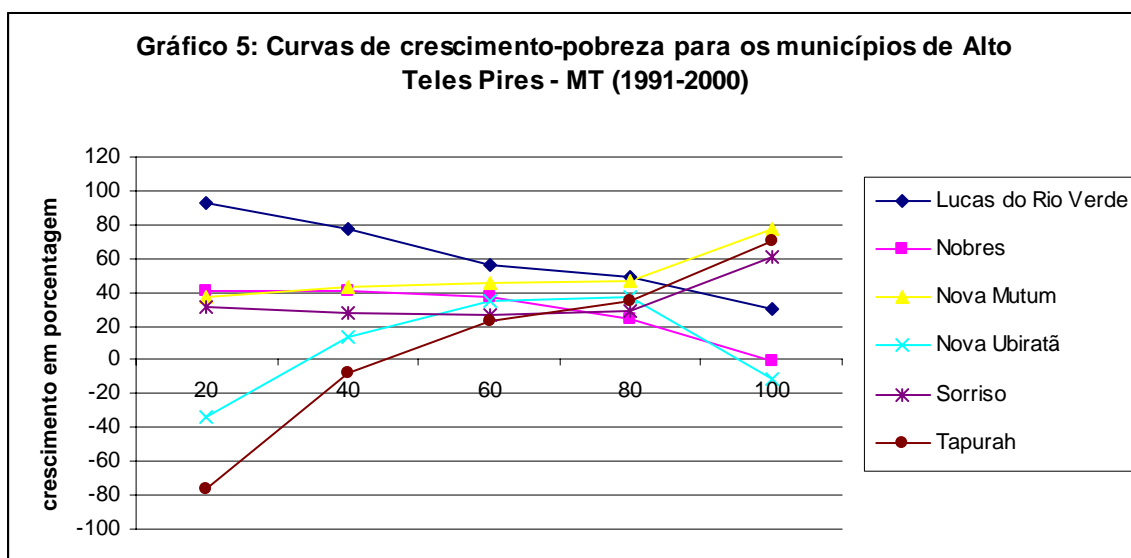
Como não existem dados, agregados em microrregiões, sobre a renda média por percentis da população ordenada por nível de renda, a análise será feita através de municípios. Os dados estão disponíveis para os anos de 1991 e 2000, quando ocorreram os Censos Demográficos. Os gráficos 4 a 11 apresentam as curvas de crescimento-pobreza para os municípios de cada uma das microrregiões.

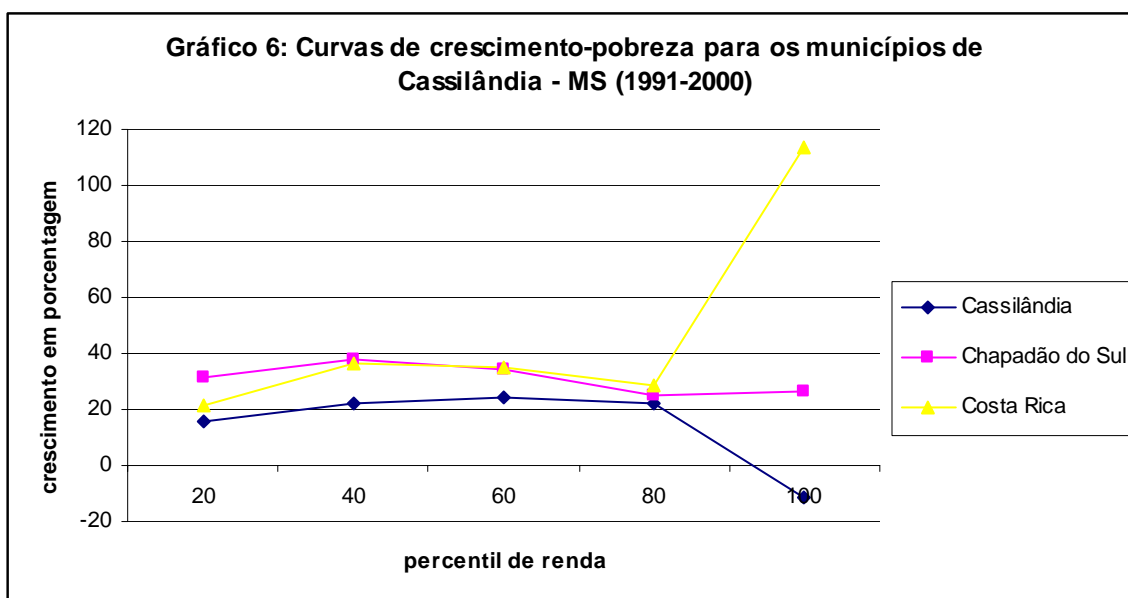
A microrregião de Alto Taquari, em Mato Grosso do Sul apresentou crescimento da renda *per capita* em todos os municípios, exceto Alcínópolis, onde o resultado foi inconclusivo. Entre os demais seis municípios, foi possível obter resultados conclusivos para quatro, sendo que dois apresentaram crescimento pró-rico, e em outros dois o crescimento foi considerado

empobrecedor. O índice de gini também aumentou em cinco dos municípios da microrregião. Assim, podemos afirmar que o crescimento em Alto Taquari apresenta um caráter não-pró-pobre.

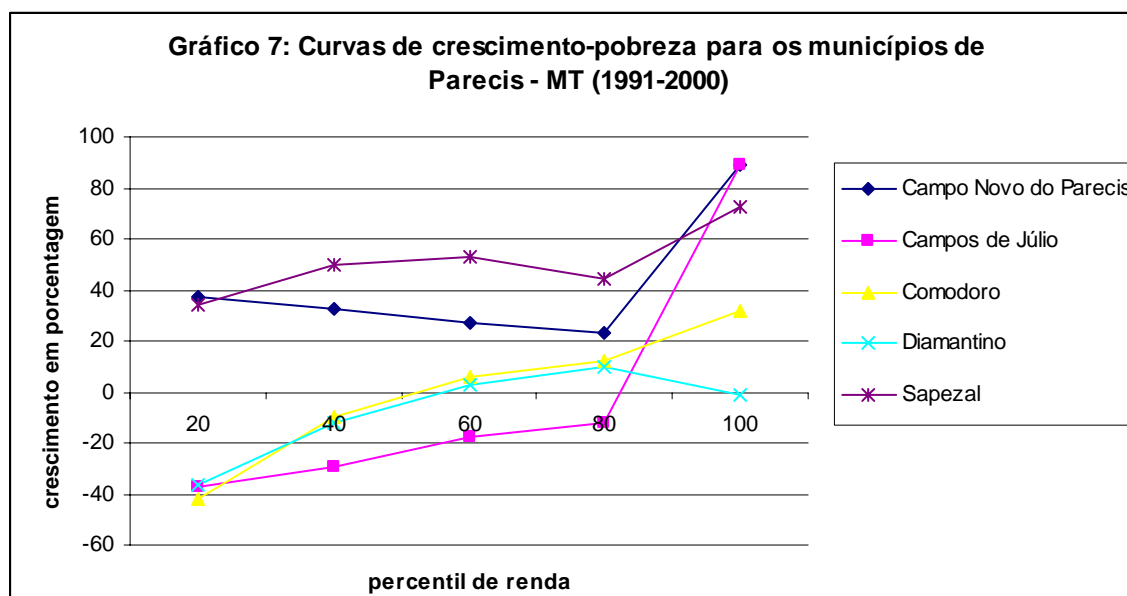


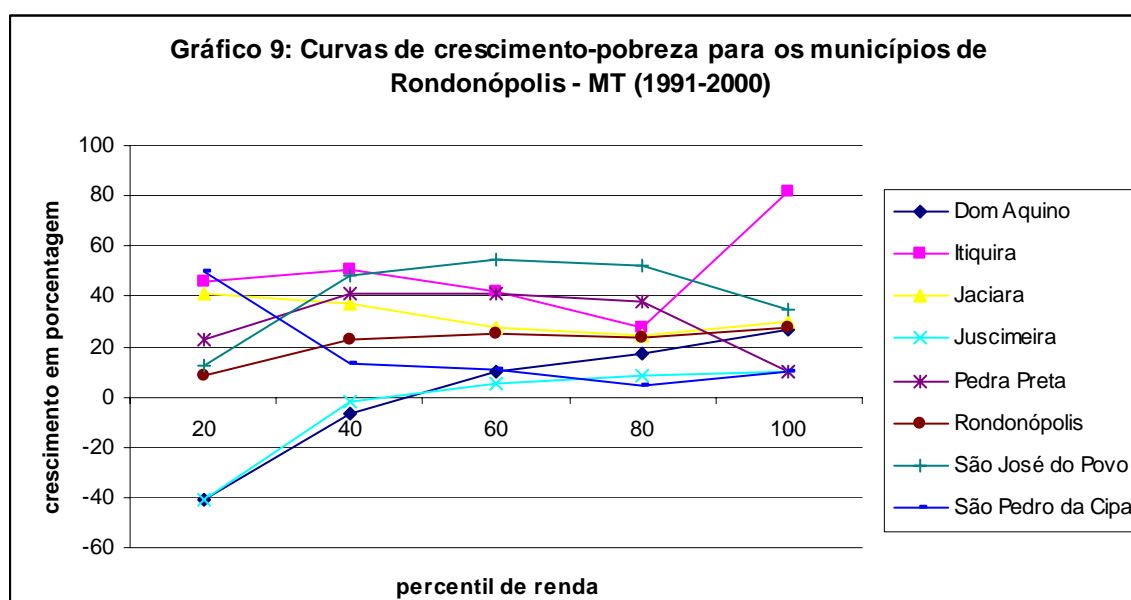
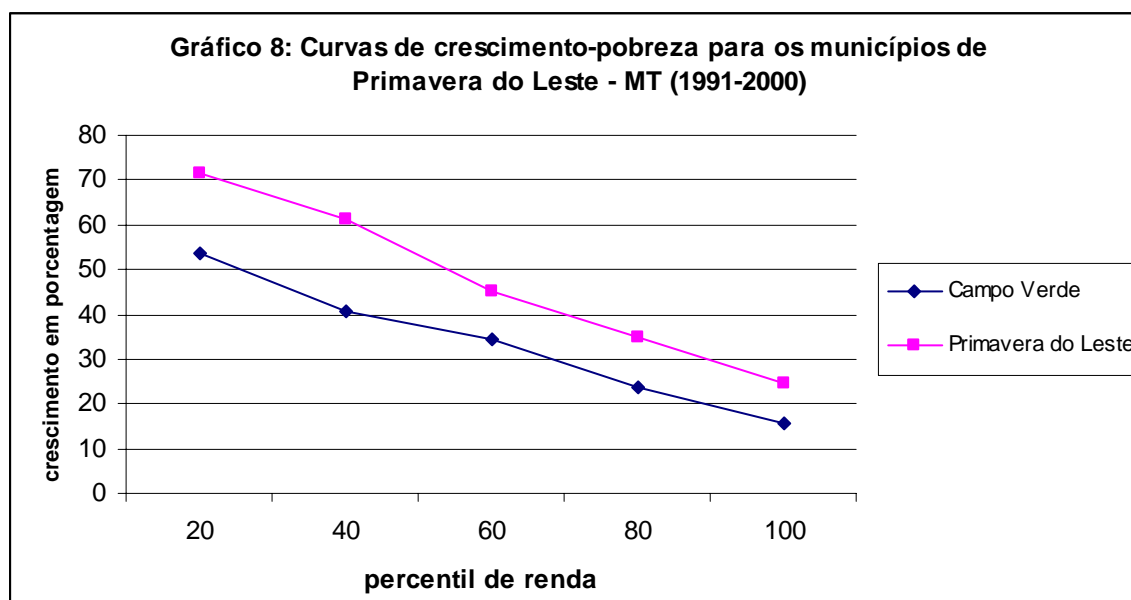
Em Alto Teles Pires, no Mato Grosso, não foi possível concluir o caráter do crescimento apenas no município de Nova Uiratã, onde ocorreu decréscimo da renda *per capita*. Em Nobres também houve queda da renda, mais podemos dizer que seu efeito foi maior para os mais ricos. Em três municípios o crescimento não foi pró-pobre, e apenas em Lucas do Rio Verde ele foi pró-pobre. Portanto, nesta microrregião também há predomínio do crescimento não pró-pobre. Na a microrregião de Cassilândia, Costa Rica teve seu crescimento caracterizado como pró-rico, Cassilândia como pró-pobre, e para Chapadão do Sul não foi possível obter resultados conclusivos, sendo que para os dois últimos municípios pode-se observar que em ambos houve queda no índice de gini. Deste modo, para a microrregião de Cassilândia não é possível observar uma tendência conclusiva do tipo do crescimento. Vale destacar que o municípios de Costa Rica possui índice de gini de 0,76, que é o maior entre os municípios das microrregiões em estudo.





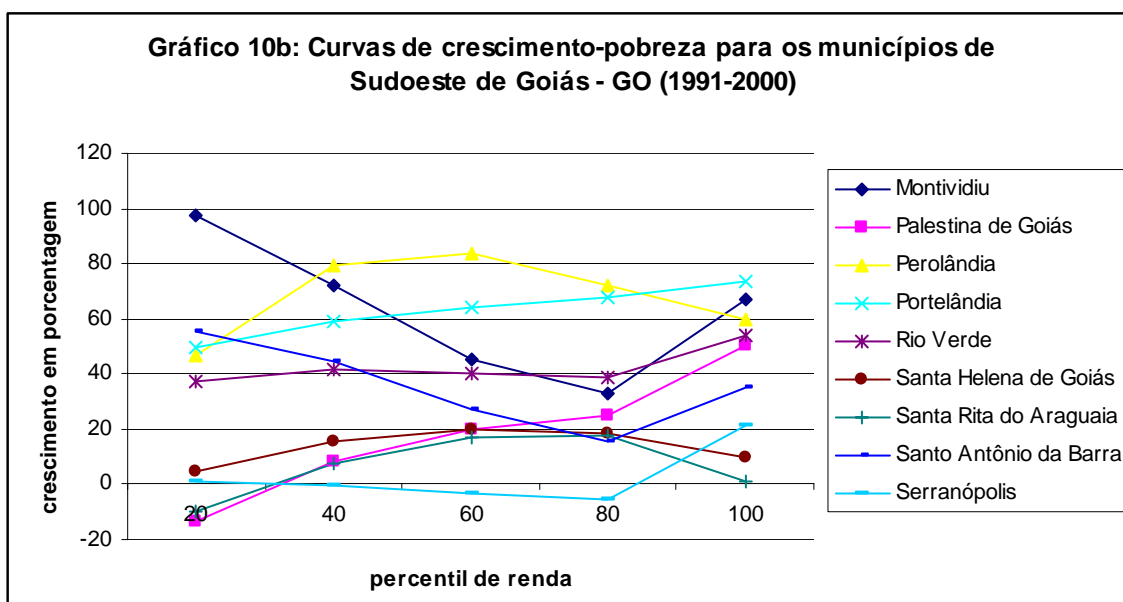
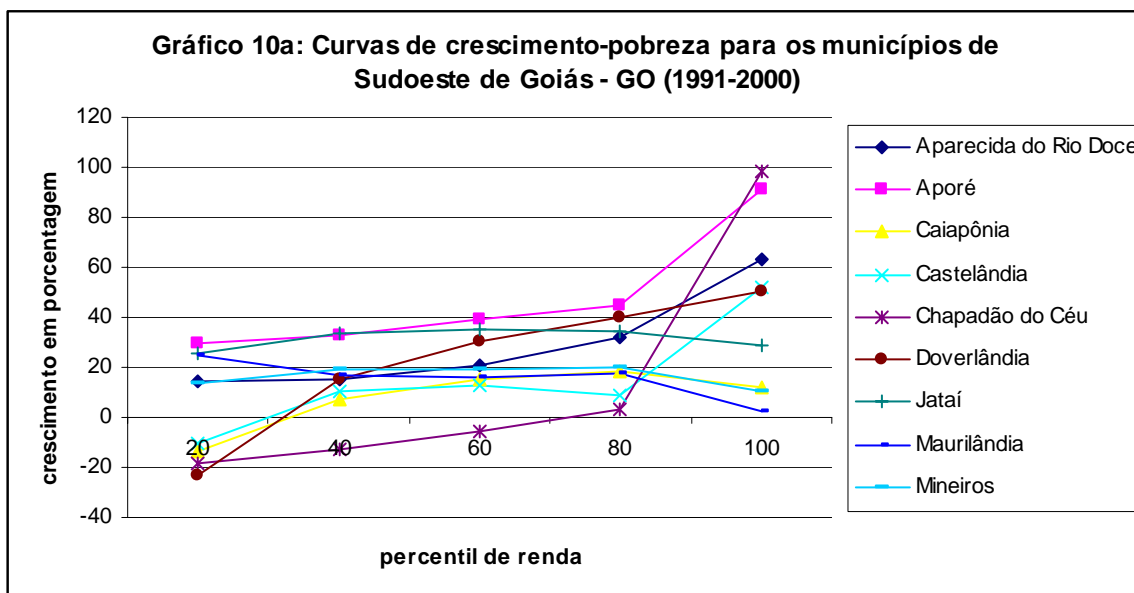
O crescimento em Parecis, Mato Grosso, não é pró-pobre. Em seus cinco municípios, um apresenta crescimento empobrecedor, e em três, crescimento pró-rico. Em Diamantino houve queda da renda *per capita* e também redução do índice de gini, mas o caráter de seu crescimento não é conclusivo. A única microrregião onde o crescimento foi pró-pobre foi Primavera do Leste - MT. Em seus dois municípios houve aumento da renda *per capita* e redução do índice de gini. Em Rondonópolis - MT, quatro municípios apresentaram crescimento pró-rico, e em três o resultado foi inconclusivo. Apenas no município de Pedra Preta o crescimento foi pró-pobre.



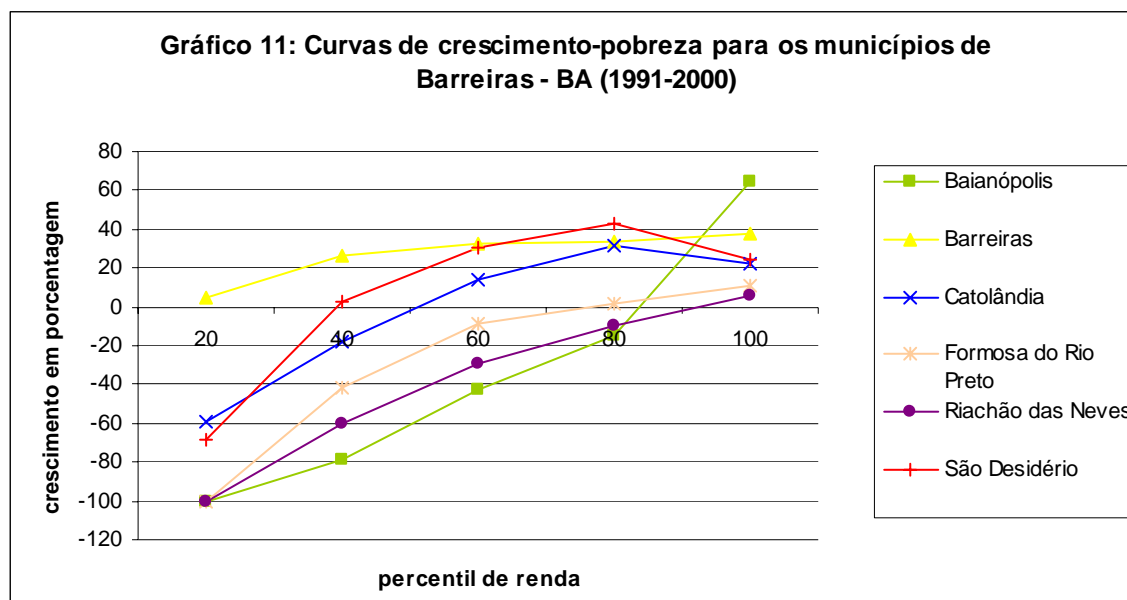


A microrregião de Sudoeste de Goiás - GO é composta por 18 municípios. Em nove deles, o crescimento foi pró-rico. Deste modo, em 50% dos municípios o crescimento não foi pró-pobre, sendo que em 12 houve aumento no índice de gini. Nesta microrregião houve sete

casos em que não foi possível obter um resultado conclusivo sobre o caráter do crescimento. Apenas em Maurilândia e Mineiros o crescimento foi pró-pobre. Assim, podemos dizer que nesta microrregião o crescimento não é pró-pobre.



Em Barreiras, microrregião do estado da Bahia, também podemos afirmar que o crescimento não é pró-pobre. Em seus seis municípios, cinco apresentaram crescimento empobrecedor, sendo que no município de Barreiras ele foi pró-rico. Em São Desidério houve uma pequena redução do índice de gini, e em Catolândia ele permaneceu constante. Nos demais quatro municípios houve aumento deste índice.



A curva de Son (2004) mostrou-se um bom método de análise, pois permitiu resultados conclusivos para 74% dos casos. Dentre os resultados conclusivos, 81% foram de crescimento não pró-pobre. Para os 100 municípios estudados, apenas em 14 houve crescimento pró-pobre. Analisando os resultados por microrregiões, seis apresentaram crescimento não pró-pobre, uma obteve crescimento pró-pobre e em outra o resultado foi inconclusivo. O resultado Sudoeste de Goiás não segue o de seu estado, que apresenta crescimento pró-pobre entre 1992 e 2001. Em Mato Grosso, o crescimento foi pró-rico, de modo que as microrregiões de Alto Teles Pires, Parecis e Rondonópolis seguem esta tendência. Em Mato Grosso do Sul, o resultado entre 1992 e 2001 não é conclusivo, de modo que não se pode dizer se Alto Taquari também segue a tendência de seu estado neste período. Os trabalho de Silveira (2005) para o mesmo período mostrou a tendência do crescimento não pró-pobre dos estados do Nordeste, o que está de acordo com o resultado obtido para Barreiras-BA.

Estes resultados sobre os municípios demandam melhores estudos em pelo menos dois aspectos. O primeiro é quanto ao intervalo de anos em estudo, que podem fazer com que as crises econômicas, freqüentes na primeira metade da década de 1990, e seu efeito perverso sobre a distribuição de renda constituam o efeito predominante para todo o período. O segundo refere-se ao caráter da produção agrícola baseada na concentração de ativos como capital e terra e em alta tecnologia, quase sempre voltada pra exportação, que faz com que o crescimento, ao invés de ser pró-pobre, seja pró-rico ou aumente a desigualdade. Silveira (2005) apresentou em seu trabalho algumas evidências que sugerem que a qualidade do crescimento do Nordeste pode estar associada à desigualdade de ativos como capital humano e posse da terra.

A discussão de Thomas *et alli* (2002) também aponta que a desigualdade de bens afeta o bem-estar social, e que isso ocorre de duas formas. A primeira é direta, pois as camadas de menor renda consomem pouco por possuírem poucos bens, e seu bem-estar é diminuído. O segundo efeito é indireto, e atua através da redução do potencial de crescimento econômico e de redução da pobreza provocado pela distribuição inicial desigual dos bens. Thomas *et alli* (2002) afirmam que desigualdade de bens afeta o crescimento econômico e a distribuição de renda, e estes também estão relacionados com a composição dos gastos públicos em saúde e educação, que por sua vez, afeta a desigualdade de capital humano. Deste modo, todas estas variáveis estão fortemente relacionadas.

Os resultados obtidos aqui apontam que o crescimento agrícola nas áreas de cerrado possui um forte elemento concentrador de renda. A produção de grãos, nos moldes desenvolvidos para este tipo de solo e clima, requer a produção em larga escala, com elevados investimentos em insumos modernos e máquinas agrícolas. Este modelo de produção tende a concentrar as terras e reduzir a demanda por trabalho, em especial, o pouco qualificado. Apesar de possuírem crescimento baseado na expansão do setor primário, os pobres obtiveram pouco ganho a partir deste crescimento. Em 31 municípios foi observado crescimento empobrecedor, o que indica o caráter concentrador deste crescimento e a piora das condições de vida dos mais pobres.

O trabalho de Dollar & Kraay (2002) aponta que o crescimento do quintil mais pobre aumenta e diminui na mesma taxa que a média do país. Os casos de crescimento empobrecedor observados apontam que o aumento da desigualdade faz com que este quintil possa sofrer uma piora das suas condições de vida, apesar do aumento da renda média. Existe, deste modo, uma demanda por políticas pró-pobre nos municípios estudados, dado que o modelo de crescimento em que eles estão alicerçados, muitas vezes, impede até mesmo o efeito “gotejamento” do crescimento da renda dos ricos para os mais pobres. Deste modo, reforça-se a importância dos estudos sobre a qualidade do crescimento, para que se adote políticas adequadas para cada caso, conforme defende Kakwani (2001).

4. Conclusões

Um entendimento multidimensional sobre a qualidade do crescimento econômico requer o estudo de variáveis como educação, saúde, habitação, lazer, entre outras, que estão além do escopo deste trabalho. A relação entre crescimento e redução da pobreza é apenas uma das dimensões possíveis a serem estudadas. No entanto, a mensuração desta relação pode trazer contribuições interessantes. Os resultados em nível estadual obtidos neste trabalho estão de acordo com outros estudos realizados sobre a redução da pobreza no Brasil, que ressaltam a permanência do caráter concentrador de renda nos anos 1980 e a inversão desta tendência alcançada com a estabilidade econômica.

Contudo, os resultados obtidos em nível municipal apontam em outra direção. O crescimento econômico nas microrregiões mais dinâmicas do Centro-Oeste e de Barreiras na Bahia ainda indica uma forte tendência à concentração de renda. Esta tendência pode ser atribuída à desigualdade de ativos como terra e capital, que é um traço marcante do modelo de crescimento agropecuário adotado. Deste modo, pode-se dizer que a expansão do setor agrícola nos cerrados não provoca os efeitos positivos sobre a redução da pobreza e da desigualdade que seriam esperados de acordo com a literatura. No entanto, a identificação de elementos que diferenciem o crescimento dos municípios da microrregião de Primavera do Leste das demais microrregiões estudadas constitui uma questão para investigação, dado que estes municípios apresentaram um crescimento claramente pró-pobre.

A expansão da produção de *commodities* nos cerrados, especialmente a soja voltada para a exportação, é uma fonte importante de crescimento nestas regiões e contribui para o saldo positivo da balança comercial brasileira. Este é um processo dinâmico e em expansão, conforme já foi apontado através do crescimento recente da produção de grãos no sul do Maranhão e sudoeste do Piauí. Algumas grandes indústrias processadoras de grãos estão instalando unidades produtivas nestas regiões, o que acentua este processo. No entanto, o efeito desta expansão precisa ser adequadamente estudado, de modo que o decorrente crescimento econômico não seja distorcido, baseando-se na exploração de recursos naturais e em subinvestimentos em capital humano, tornando-o insustentável no longo prazo.

Referências bibliográficas

- ATKINSON, A. On the measurement of poverty. **Econometrica**, v.55, n.4, p. 749-64, jul. 1987.
- BANERJEE, A. V.; DUFLO, E. Inequality and growth: What can the data say? **Journal of economic growth**. V.8, n.3, p.267-99, set. 2003.
- BARRETO, F. A. **Crescimento econômico, pobreza e desigualdade de renda: O que sabemos sobre eles?** Série ensaios sobre pobreza, n.1. Fortaleza: UFC, dez. 2005.
- BRUM, B. & WEDEKIN, I. Um “agricluster” acima da média. **Agroanalysis**, v.22, n.5, jun.-jul. 2002.
- DOLLAR, D.; KRAAY, A. Growth is good for the poor. **Journal of economic growth**. V.7, 195-225, 2002.
- ESSAMA-NSSAH, B. **A unified framework for pro-poor growth analysis**. Policy reasearch working papers. N.3397. World Bank, 2004.
- FIBGE. **Anuário estatístico**, 1990.
- FIBGE. **Censos Demográficos**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>, acesso em: 17 out 2005a.
- FIBGE. **Contas Regionais 2002**. Rio de Janeiro: 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>, acesso em: 17 out 2005b.
- FIBGE. **Produto interno bruto dos municípios 1999-2002**. Rio de janeiro: 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>, acesso em: 17 out 2005c.
- GUIDOLIN, S. M. **Expansão da cadeia agroindustrial no Centro-Oeste: uma análise com base em microrregiões geográficas**. Monografia. Araraquara: UNESP, 2003.
- HOFFMANN, R. **Medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: USP, 1998.
- IPEADATA. **Dados macroeconômicos e regionais**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>, acesso em: 17 out 2005.
- KAKWANI, N. **A note on growth and poverty reduction**. Disponível em: <<http://www.asiapropoor.net/resources/reports/Reports/Growth%20and%20Poverty%20Reductio n.pdf>>, acesso em: 27 abr 2006. Asian and pacific forum on poverty, 2001.
- KAKWANI, N. & PERNIA, E. M. What is pro-poor growth? **Asian development review**, v. 18, n.1., 2000.
- KAPPEL, R.; LAY, J.; STEINER, S. Uganda: No more pro-poor growth? **Development policy review**. V.26, n.1, p.27-53, 2005.
- KLASEN, S. **In search of the holy grail: How to achieve pro-poor growth?** Annual World Bank conference on development economics - Europe 2003. World Bank, 2004.
- KRAAY, A. **When is growth pro-poor?** Cross-country evidence. Policy reasearch working papers. N.3225. World Bank, 2004.
- ONU. **Relatório sobre desenvolvimento humano 2005**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>, acesso em: 07 nov 2005.
- PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano**, 2003.
- RIBEIRO, E. *et alli*. Crescimento pró-pobre no Brasil – uma análise exploratória. **XXXII Encontro Nacional de Economia**, Anais. João Pessoa, 2004.
- RAVALLION, M. Can high-inequality developing countries escape absolute poverty?. **Economic letters**. V.56, p.51-7, 1997.
- RAVALLION, M. **Pro-poor growth: A primer**. Policy reasearch working papers. N.3242. World Bank, 2004.
- RAVALLION, M. & CHEN, S. Measuring pro-poor growth. **Economic letters**, n.78, p. 93-99, 2003.

- RAVALLION, M.; DATT, G. **When is growth pro-poor?** Evidence from the diverse experiences of India's states. Policy research working papers. N.2263. World Bank, 1999.
- RAVALLION, M.; DATT, G. Why has economic growth been more pro-poor in some states of India than others? **Journal of development economics**. V.68, p.381-400, 2002.
- RAY, D. **Development Economics**. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- REZENDE, Gervásio Castro de. Política de crédito rural e expansão agrícola dos cerrados. In: **Transformações da agricultura brasileira e políticas públicas**. Gasques, J. G.; Conceição, J. C. P. R. da (org.), 539p. Brasília: Ipea, 2001.
- REZENDE, Gervásio Castro de. **Ocupação agrícola e estrutura agrária no cerrado: o papel do preço da terra, dos recursos naturais e da tecnologia**. (Texto para discussão 913). Rio de Janeiro: IPEA, out. 2002.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SIDRA. **Banco de dados agregados**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>, acesso em: 17 out 2005.
- SILVEIRA NETO, R. Quão pobre tem sido o crescimento econômico no Nordeste? Evidências para o período 1991-2000. **X Encontro Regional de Economia do Nordeste**, Anais. CD-ROM. Fortaleza, 2005.
- SON, H. A note on pro-poor growth. **Economic letters**, n.82, p.307-314, 2004.
- TIMMER, P. **Agriculture and pro-poor growth**: An asian perspective. Working paper n.63. Washington: Center for global development, jul. 2005.
- THOMAS, V. *et alli*. **A qualidade do crescimento**. São Paulo: UNESP, 2002.
- WOLFSON, M. C. When inequalities diverge. **American economic review**. V.84, n.2, p.353-8, maio 1994.
- WORLD BANK. **World Development Report 2000/2001**: Attacking poverty. Washington: World Bank, 2001.

Anexo A

Tabela A1: Curvas de crescimento-pobreza para o estado de Goiás

| | Percentil de renda | | | | | | | | | | Classificação |
|-----------|--------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------------|
| | 10 | 20 | 30 | 40 | 50 | 60 | 70 | 80 | 90 | 100 | |
| 1981-1982 | 15,63 | 13,65 | 10,62 | 9,27 | 7,89 | 6,93 | 6,49 | 6,62 | 7,44 | 7,30 | inconclusivo |
| 1982-1983 | -11,87 | -11,00 | -10,62 | -11,03 | -12,19 | -12,92 | -13,05 | -13,13 | -13,84 | -14,82 | pró-pobre |
| 1983-1984 | 8,77 | 6,25 | 6,07 | 6,81 | 7,38 | 7,21 | 6,26 | 4,82 | 4,25 | 7,74 | inconclusivo |
| 1984-1985 | 9,93 | 11,13 | 11,54 | 12,15 | 12,52 | 13,69 | 15,65 | 17,63 | 19,48 | 20,45 | não pró-pobre |
| 1985-1986 | 65,18 | 69,58 | 72,52 | 73,42 | 74,71 | 75,58 | 77,20 | 78,70 | 78,65 | 76,68 | inconclusivo |
| 1986-1987 | -42,75 | -40,22 | -38,87 | -38,15 | -37,57 | -37,15 | -37,40 | -37,66 | -37,24 | -35,72 | não pró-pobre |
| 1987-1988 | -23,24 | -18,75 | -17,56 | -16,51 | -15,62 | -15,44 | -15,58 | -15,73 | -14,81 | -10,79 | não pró-pobre |
| 1988-1989 | 19,31 | 14,67 | 14,52 | 14,21 | 14,30 | 15,62 | 18,15 | 21,95 | 25,01 | 32,43 | não pró-pobre |
| 1989-1990 | -5,47 | -1,21 | -0,94 | 0,03 | 0,82 | 0,46 | -0,25 | -1,88 | -3,64 | -9,47 | pró-pobre |
| 1990-1992 | 0,19 | 3,94 | 3,56 | 1,67 | -1,49 | -4,06 | -7,18 | -10,83 | -15,49 | -16,14 | pró-pobre |
| 1992-1993 | 22,20 | 8,70 | 5,20 | 2,33 | 1,98 | 1,98 | 2,33 | 3,45 | 5,69 | 6,55 | inconclusivo |
| 1993-1995 | -6,48 | 1,85 | 4,63 | 7,26 | 8,71 | 9,50 | 10,42 | 10,36 | 8,44 | -1,27 | inconclusivo |
| 1995-1996 | 6,14 | 7,78 | 7,10 | 6,37 | 5,37 | 4,50 | 4,45 | 4,68 | 5,79 | 12,94 | não pró-pobre |
| 1996-1997 | 6,83 | 6,61 | 6,52 | 6,37 | 6,41 | 6,21 | 5,16 | 4,09 | 3,05 | -4,00 | pró-pobre |
| 1997-1998 | 8,01 | 4,55 | 3,18 | 2,11 | 1,51 | 1,56 | 1,49 | 2,37 | 3,47 | 9,78 | não pró-pobre |
| 1998-1999 | -12,32 | -9,10 | -7,84 | -6,31 | -5,22 | -4,53 | -4,02 | -4,36 | -4,79 | -9,03 | inconclusivo |
| 1999-2001 | 7,86 | 4,76 | 4,81 | 3,91 | 3,26 | 3,24 | 2,55 | 2,32 | 1,31 | 4,25 | inconclusivo |
| 2001-2002 | 3,50 | 5,75 | 5,87 | 6,15 | 6,24 | 5,76 | 5,55 | 5,77 | 6,81 | 2,71 | pró-pobre |
| 2002-2003 | -4,97 | -3,96 | -3,10 | -2,70 | -2,28 | -1,39 | -0,99 | -1,78 | -3,05 | -7,31 | pró-pobre |

Tabela A2: Curvas de crescimento-pobreza para o estado de Mato Grosso

| | Percentil de renda | | | | | | | | | | Classificação |
|-----------|--------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------------|
| | 10 | 20 | 30 | 40 | 50 | 60 | 70 | 80 | 90 | 100 | |
| 1981-1982 | -8,07 | -7,03 | -6,83 | -5,79 | -4,53 | -3,20 | -1,31 | -0,52 | 1,30 | 0,42 | inconclusivo |
| 1982-1983 | -8,24 | -9,39 | -10,70 | -11,54 | -11,73 | -11,53 | -11,19 | -10,58 | -10,13 | -5,33 | não pró-pobre |
| 1983-1984 | -12,74 | -7,10 | -2,97 | 0,27 | 2,26 | 3,67 | 4,43 | 5,48 | 6,31 | 6,57 | não pró-pobre |
| 1984-1985 | 49,95 | 36,29 | 28,44 | 24,72 | 22,59 | 21,17 | 21,41 | 22,90 | 23,22 | 19,93 | pró-pobre |
| 1985-1986 | 53,32 | 60,15 | 61,46 | 57,79 | 57,77 | 57,74 | 56,55 | 55,70 | 59,26 | 80,64 | não pró-pobre |
| 1986-1987 | -54,12 | -47,36 | -42,38 | -37,53 | -34,40 | -32,02 | -30,04 | -28,66 | -28,14 | -27,11 | não pró-pobre |
| 1987-1988 | 1,27 | -10,40 | -14,94 | -17,42 | -19,74 | -20,86 | -20,87 | -20,33 | -19,37 | -17,08 | inconclusivo |
| 1988-1989 | 7,75 | 9,37 | 8,76 | 9,94 | 10,82 | 11,08 | 10,75 | 9,62 | 8,56 | 1,89 | pró-pobre |
| 1989-1990 | 4,40 | 5,09 | 6,73 | 5,49 | 4,59 | 3,72 | 2,85 | 1,63 | 0,57 | -7,07 | pró-pobre |
| 1990-1992 | -25,91 | -17,60 | -15,16 | -13,85 | -13,62 | -14,15 | -15,43 | -17,05 | -20,93 | -26,22 | pró-pobre |
| 1992-1993 | 34,14 | 27,16 | 23,82 | 20,83 | 18,77 | 16,99 | 15,86 | 16,13 | 19,09 | 37,54 | não pró-pobre |
| 1993-1995 | -7,09 | 0,85 | 5,78 | 8,56 | 9,82 | 10,70 | 11,71 | 11,49 | 11,03 | 4,28 | inconclusivo |
| 1995-1996 | -7,17 | -4,94 | -4,43 | -4,13 | -3,03 | -2,15 | -1,33 | 0,98 | 3,57 | 5,31 | não pró-pobre |
| 1996-1997 | 11,55 | 11,52 | 8,92 | 8,71 | 7,92 | 7,81 | 7,17 | 6,88 | 7,08 | 17,59 | não pró-pobre |
| 1997-1998 | 14,47 | 10,66 | 8,73 | 6,41 | 5,82 | 4,48 | 3,41 | 2,00 | 0,74 | -5,55 | pró-pobre |
| 1998-1999 | 8,88 | 2,05 | 0,31 | -1,11 | -2,74 | -2,99 | -2,77 | -2,96 | -4,53 | -10,46 | pró-pobre |
| 1999-2001 | -24,90 | -11,74 | -5,73 | -2,32 | -0,16 | 1,18 | 1,14 | 1,22 | 2,20 | 7,76 | não pró-pobre |
| 2001-2002 | 12,35 | 6,27 | 3,70 | 1,79 | 1,34 | 1,25 | 1,90 | 3,56 | 5,88 | 4,31 | inconclusivo |
| 2002-2003 | 4,71 | -2,89 | -5,45 | -5,40 | -5,63 | -6,03 | -6,46 | -7,88 | -9,53 | -13,02 | pró-pobre |

Tabela A3: Curvas de crescimento-pobreza para o estado de Mato Grosso do Sul

| | Percentil de renda | | | | | | | | | | Classificação |
|-----------|--------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------------|
| | 10 | 20 | 30 | 40 | 50 | 60 | 70 | 80 | 90 | 100 | |
| 1981-1982 | 2,00 | 2,32 | 2,12 | 2,13 | 1,76 | 1,91 | 2,49 | 2,44 | 3,05 | 3,67 | não pró-pobre |
| 1982-1983 | -22,96 | -20,85 | -20,76 | -20,96 | -21,32 | -21,15 | -21,08 | -19,70 | -18,45 | -15,15 | não pró-pobre |
| 1983-1984 | 23,57 | 20,32 | 18,52 | 17,00 | 16,43 | 15,55 | 14,77 | 12,86 | 11,19 | 11,12 | pró-pobre |
| 1984-1985 | 7,20 | 9,40 | 11,84 | 14,15 | 16,36 | 18,42 | 20,17 | 21,08 | 20,44 | 16,52 | inconclusivo |
| 1985-1986 | 63,28 | 63,16 | 62,11 | 61,98 | 60,31 | 57,20 | 53,88 | 53,61 | 55,08 | 57,31 | inconclusivo |
| 1986-1987 | -27,85 | -28,92 | -29,94 | -30,34 | -29,66 | -28,49 | -27,58 | -27,75 | -28,07 | -26,53 | não pró-pobre |
| 1987-1988 | -35,88 | -32,05 | -29,69 | -28,51 | -28,09 | -27,20 | -25,96 | -25,32 | -24,37 | -8,15 | não pró-pobre |
| 1988-1989 | 7,72 | 9,34 | 11,06 | 10,68 | 10,65 | 10,00 | 9,22 | 10,52 | 11,33 | -0,06 | pró-pobre |
| 1989-1990 | 4,52 | 1,70 | -0,97 | -0,86 | -0,31 | 0,08 | 1,23 | 1,84 | 1,49 | -2,68 | pró-pobre |
| 1990-1992 | -12,09 | -7,60 | -6,02 | -3,98 | -3,72 | -4,22 | -5,87 | -9,11 | -12,63 | -10,29 | inconclusivo |
| 1992-1993 | 3,86 | 3,74 | 6,31 | 5,11 | 4,18 | 4,16 | 3,67 | 4,53 | 5,33 | -0,04 | pró-pobre |
| 1993-1995 | 8,97 | 18,14 | 17,86 | 18,31 | 18,70 | 18,14 | 18,91 | 19,62 | 23,86 | 18,48 | inconclusivo |
| 1995-1996 | -31,19 | -14,88 | -10,96 | -8,35 | -5,42 | -3,85 | -2,72 | -1,23 | -0,95 | 4,99 | empobrecedor |
| 1996-1997 | 43,52 | 17,23 | 12,95 | 10,07 | 7,43 | 5,78 | 3,66 | 1,23 | -1,01 | -0,16 | inconclusivo |
| 1997-1998 | 19,17 | 12,32 | 11,18 | 10,45 | 9,44 | 8,46 | 7,88 | 7,11 | 4,59 | -1,83 | pró-pobre |
| 1998-1999 | -20,04 | -16,18 | -14,17 | -12,60 | -11,28 | -9,56 | -8,05 | -6,37 | -4,48 | -3,94 | não pró-pobre |
| 1999-2001 | 5,90 | 8,07 | 8,23 | 6,11 | 5,10 | 4,63 | 3,43 | 2,62 | 3,51 | 7,78 | inconclusivo |
| 2001-2002 | 16,51 | 9,42 | 5,64 | 5,57 | 5,71 | 5,91 | 7,08 | 7,76 | 7,73 | 5,06 | pró-pobre |
| 2002-2003 | 0,94 | -2,29 | -2,58 | -3,17 | -3,54 | -3,39 | -4,06 | -4,92 | -6,20 | -8,73 | pró-pobre |

Tabela A3: Dados selecionados da microrregião de Alto Taquari – MS

| Município | Valor da renda <i>per capita</i> em 2000 (R\$) | Crescimento da renda <i>per capita</i> 1991-2000 (em %) | Curva de crescimento-pobreza | Varição do índice de gini 1991-2000 (em %) |
|--------------------------|--|---|------------------------------|--|
| Alcinópolis | 192,47 | -19,41 | inconclusivo | -14,52 |
| Camapuã | 220,08 | 3,76 | empobrecedor | 3,57 |
| Coxim | 299,93 | 95,94 | não pró-pobre | 21,43 |
| Pedro Gomes | 179,6 | 22,80 | inconclusivo | -1,69 |
| Rio Verde de Mato Grosso | 211,07 | 43,88 | inconclusivo | 3,70 |
| São Gabriel do Oeste | 425,19 | 54,42 | não pró-pobre | 6,15 |
| Sonora | 264,3 | 34,59 | empobrecedor | 26,00 |

Tabela A4: Dados selecionados da microrregião de Alto Teles Pires – MT

| Município | Valor da renda <i>per capita</i> em 2000 (R\$) | Crescimento da renda <i>per capita</i> 1991-2000 (em %) | Curva de crescimento-pobreza | Varição do índice de gini 1991-2000 (em %) |
|--------------------|--|---|------------------------------|--|
| Lucas do Rio Verde | 384,03 | 29,57 | pró-pobre | -9,84 |
| Nobres | 166,87 | -0,91 | pró-pobre | -13,11 |
| Nova Mutum | 395,34 | 76,89 | não pró-pobre | 12,73 |
| Nova Ubiratã | 290,33 | -10,73 | inconclusivo | -6,25 |
| Sorriso | 461,37 | 60,83 | não pró-pobre | 12,28 |
| Tapurah | 315,6 | 69,87 | não pró-pobre | 21,05 |

Tabela A5: Dados selecionados da microrregião de Cassilândia – MS

| Município | Valor da renda <i>per capita</i> em 2000 (R\$) | Crescimento da renda <i>per capita</i> 1991-2000 (em %) | Curva de crescimento-pobreza | Varição do índice de gini 1991-2000 (em %) |
|------------------|---|--|-------------------------------------|---|
| Cassilândia | 241,58 | -11,17 | pró-pobre | -15,38 |
| Chapadão do Sul | 451,52 | 26,33 | inconclusivo | -1,52 |
| Costa Rica | 346,15 | 110,85 | não pró-pobre | 40,74 |

Tabela A6: Dados selecionados da microrregião de Parecis – MT

| Município | Valor da renda <i>per capita</i> em 2000 (R\$) | Crescimento da renda <i>per capita</i> 1991-2000 (em %) | Curva de crescimento-pobreza | Varição do índice de gini 1991-2000 (em %) |
|-----------------------|---|--|-------------------------------------|---|
| Campo Novo do Parecis | 514,43 | 89,09 | não pró-pobre | 22,81 |
| Campos de Júlio | 413,17 | 87,34 | empobrecedor | 20,00 |
| Comodoro | 242,47 | 31,57 | não pró-pobre | 14,04 |
| Diamantino | 291,13 | -1,08 | inconclusivo | -3,03 |
| Sapezal | 377,71 | 72,27 | não pró-pobre | 14,58 |

Tabela A7: Dados selecionados da microrregião de Primavera do Leste – MT

| Município | Valor da renda <i>per capita</i> em 2000 (R\$) | Crescimento da renda <i>per capita</i> 1991-2000 (em %) | Curva de crescimento-pobreza | Varição do índice de gini 1991-2000 (em %) |
|--------------------|---|--|-------------------------------------|---|
| Campo Verde | 342,01 | 15,74 | pró-pobre | -1,61 |
| Primavera do Leste | 374,57 | 24,42 | pró-pobre | -8,20 |

Tabela A8: Dados selecionados da microrregião de Rondonópolis – MT

| Município | Valor da renda <i>per capita</i> em 2000 (R\$) | Crescimento da renda <i>per capita</i> 1991-2000 (em %) | Curva de crescimento-pobreza | Varição do índice de gini 1991-2000 (em %) |
|-------------------|---|--|-------------------------------------|---|
| Dom Aquino | 172,83 | 26,97 | não pró-pobre | 10,00 |
| Itiquira | 236,88 | 81,99 | não pró-pobre | 17,65 |
| Jaciara | 257,56 | 30,08 | inconclusivo | 1,89 |
| Juscimeira | 191,11 | 9,76 | não pró-pobre | 1,67 |
| Pedra Preta | 196,19 | 9,67 | pró-pobre | -14,04 |
| Rondonópolis | 294,33 | 27,56 | não pró-pobre | 1,72 |
| São José do Povo | 146,09 | 34,71 | inconclusivo | -7,27 |
| São Pedro da Cipa | 170,81 | 10,33 | inconclusivo | 0,00 |

Tabela A9: Dados selecionados da microrregião de Sudoeste de Goiás – MT

| Município | Valor da renda <i>per capita</i> em 2000 (R\$) | Crescimento da renda <i>per capita</i> 1991-2000 (em %) | Curva de crescimento-pobreza | Varição do índice de gini 1991-2000 (em %) |
|------------------------|--|---|------------------------------|--|
| Aparecida do Rio Doce | 218,7 | 63,50 | não pró-pobre | 24,39 |
| Aporé | 273,28 | 90,92 | não pró-pobre | 17,31 |
| Caiapônia | 187,64 | 11,66 | inconclusivo | -1,75 |
| Castelândia | 209,71 | 51,93 | não pró-pobre | 11,54 |
| Chapadão do Céu | 381,03 | 98,22 | não pró-pobre | 24,00 |
| Doverlândia | 175,62 | 50,42 | não pró-pobre | 7,41 |
| Jataí | 304,95 | 29,05 | inconclusivo | -1,67 |
| Maurilândia | 184,78 | 2,40 | pró-pobre | -9,80 |
| Mineiros | 289,86 | 10,43 | pró-pobre | -3,17 |
| Montividiu | 383,36 | 67,30 | inconclusivo | 12,96 |
| Palestina de Goiás | 178,3 | 50,49 | não pró-pobre | 14,89 |
| Perolândia | 211,07 | 59,94 | inconclusivo | 5,45 |
| Portelândia | 237,93 | 73,62 | não pró-pobre | 10,00 |
| Rio Verde | 339,81 | 53,91 | não pró-pobre | 7,14 |
| Santa Helena de Goiás | 220,85 | 9,62 | inconclusivo | -7,41 |
| Santa Rita do Araguaia | 208,77 | 1,19 | inconclusivo | -8,33 |
| Santo Antônio da Barra | 168,51 | 35,19 | inconclusivo | 8,16 |
| Serranópolis | 241,27 | 21,24 | não pró-pobre | 11,54 |

Tabela A10: Dados selecionados da microrregião de Barreiras – BA

| Município | Valor da renda <i>per capita</i> em 2000 (R\$) | Crescimento da renda <i>per capita</i> 1991-2000 (em %) | Curva de crescimento-pobreza | Varição do índice de gini 1991-2000 (em %) |
|----------------------|--|---|------------------------------|--|
| Baianópolis | 76,9 | 64,04 | empobrecedor | 37,04 |
| Barreiras | 229,24 | 37,29 | pró-rico | 1,61 |
| Catolândia | 69,89 | 22,36 | empobrecedor | 0,00 |
| Formosa do Rio Preto | 117,52 | 10,00 | empobrecedor | 11,11 |
| Riachão das Neves | 56,58 | 5,27 | empobrecedor | 20,00 |
| São Desidério | 82,37 | 24,71 | empobrecedor | -3,45 |